

Legacy
Securitizadora de
Créditos
Comerciais
S.A.

CNPJ: 38.201.982/0001-52

**Demonstrações Financeiras
em 31 de dezembro de 2025**

KPDS 1903682

Conteúdo

Mensagem da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	4
Balanço patrimonial	7
Demonstração de resultado	8
Demonstração de resultado abrangente	9
Demonstração do passivo a descoberto	10
Demonstração do fluxo de caixa - Método indireto	11
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras	12

Tatuí - SP, 13 de maio de 2026

Aos administradores da
LEGACY SECURITIZADORA DE CRÉDITOS COMERCIAIS S.A

Senhores quotistas,

A Administração da **LEGACY SECURITIZADORA DE CRÉDITOS COMERCIAIS S.A** em cumprimento às disposições legais, submete à apreciação de V.Sas. as correspondentes Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025.

Conforme descrito no estatuto social, após a apuração de resultado, será constituída a reserva legal, ocorrendo em seguida a deliberação em Assembleia a respeito da destinação dos lucros, atualmente a Companhia tem optado por direcionar para reservas de lucros visando e expansão do negócio.

Atenciosamente,

LEGACY SECURITIZADORA DE CRÉDITOS COMERCIAIS S.A

Procurador
Everaldo Moreira

Diretor Presidente
João Paulo Boneder Fiuza



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Rua Verbo Divino, 1400 - Conjunto Térreo ao 801 – parte,

Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil

Telefone 55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores da

Legacy Securitizadora de Créditos Comerciais S.A.

Tatuí – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Legacy Securitizadora de Créditos Comerciais S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do passivo a descoberto e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Legacy Securitizadora de Créditos Comerciais S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada.

KPMG Auditores Independentes Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG global organization of independent member firms affiliated with KPMG International Limited, a private English company limited by guarantee.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 13 de maio de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6 SP



Thaís de Lima Rodrigues Leandrini
Contadora CRC-1SP280836/O-5

Legacy Securitizadora de Créditos Comerciais S.A.

Balanço patrimonial em 31 de Dezembro de 2025 e 2024

(Em Reais)

	Notas	2025	2024		Notas	2025	2024
Ativo				Passivo			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	131.602	169.857				
Direitos creditórios a receber	8	12.760.741	12.955.393	Fornecedores		1.051	668
Outros créditos		5.943	6.809	Contas a pagar	10	178.444	150.696
Impostos a recuperar		31.283	31.029	Debêntures com parte relacionada	11	-	14.470.238
Total do ativo circulante		12.929.569	13.163.088	Total do passivo circulante		179.495	14.621.602
Não circulante				Não circulante			
Mútuos a receber de parte relacionada	18.b	334.577	334.577	Debêntures com parte relacionada	11	15.259.309	-
Imobilizado	9	176.747	236.949	Mútuos parte relacionada	18.b	838.949	1.222.949
Total do ativo não circulante		511.324	571.526	Total do passivo não circulante		16.098.258	1.222.949
				Passivo a descoberto			
				Capital social	12.a	10.000	10.000
				Prejuízos acumulados	12.b	(2.846.860)	(2.119.937)
				Total do passivo a descoberto		(2.836.860)	(2.109.937)
Total do ativo		13.440.893	13.734.613	Total do passivo e passivo a descoberto		13.440.893	13.734.613

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Legacy Securitizadora de Créditos Comerciais S.A.

Demonstração de resultado

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em Reais)

	<u>Notas</u>	<u>2.025</u>	<u>2.024</u>
Receita líquida	13	469.996	574.777
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	14	(335.913)	(1.570.665)
Despesa tributária		(7.834)	(16.067)
Total das despesas operacionais		(343.747)	(1.586.732)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e dos impostos		126.249	(1.011.955)
Receitas financeiras	15	1.371	98.972
Despesas financeiras	15	(854.543)	(1.164.781)
Resultado financeiro líquido		(853.172)	(1.065.809)
Resultado antes dos impostos		(726.923)	(2.077.764)
Imposto de renda e contribuição social	16	-	-
Prejuízo líquido do exercício		(726.923)	(2.077.764)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Legacy Securitizadora de Créditos Comerciais S.A.

Demonstração de resultado abrangente

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em Reais)

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Prejuízo líquido do exercício	<u>(726.923)</u>	<u>(2.077.764)</u>
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente dos exercicios	<u>(726.923)</u>	<u>(2.077.764)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Legacy Securitizadora de Créditos Comerciais S.A.

Demonstração do passivo a descoberto

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em Reais)

	Notas	Capital Social	Prejuízos Acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	12	<u>10.000</u>	<u>(42.173)</u>	<u>(32.173)</u>
Resultado do exercício		-	(2.077.764)	(2.077.764)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	12	<u>10.000</u>	<u>(2.119.937)</u>	<u>(2.109.937)</u>
Resultado do exercício		-	(726.923)	(726.923)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	12	<u>10.000</u>	<u>(2.846.860)</u>	<u>(2.836.860)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Legacy Securitizadora de Créditos Comerciais S.A.

Demonstração do fluxo de caixa - Método indireto

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em Reais)

	2025	2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro/Prejuízo líquido do exercício	(726.923)	(2.077.764)
<i>Ajustes para reconciliar o lucro com o caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:</i>		-
Juros debênture	789.071	817.138
Depreciação	60.201	60.201
	122.349	(1.200.425)
Variações em ativos e passivos		
Outros créditos	865	42.122
Contas a receber	194.652	373.285
Impostos a recuperar	(254)	42.187
Fornecedores	-	(33.392)
Impostos a recolher	383	(2.212)
Contas a pagar	27.750	6.689
Caixa gerado pelas (utilizados nas) atividades operacionais	345.745	(771.746)
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizados nas) atividades operacionais:	345.745	(771.746)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado	-	(224.000)
Caixa líquido proveniente das atividades de investimentos	-	(224.000)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Pagamento de debêntures	-	(506.000)
Pagamento de juros de debêntures	-	(28.234)
Captação de mútuo	-	1.222.949
Recebimento de mutuo	(384.000)	128.984
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	(384.000)	817.699
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(38.255)	(178.046)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	169.857	347.905
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	131.602	169.857

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Legacy Securitizadora de Créditos Comerciais S.A. (“Companhia”), foi constituída em 24 de agosto de 2020 e está domiciliada no Brasil, com sede na Rua Ramos Batista, nº 444, Andar 6, Centro, CEP: 04.552-020, no município de São Paulo, Estado de São Paulo.

A Companhia observa a Lei nº 14.430, de 4 de agosto de 2022, bem como as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), no que se refere à emissão e colocação de títulos de securitização junto a investidores. Nos termos da Resolução CVM nº 60, a Companhia pode se enquadrar como sociedade de propósito específico (“SPE”), hipótese em que não é exigido registro como emissor perante a CVM.

Nesse contexto, as ofertas de títulos de securitização poderão ser realizadas com dispensa de registro, desde que observados os requisitos da Resolução CVM nº 160, na qual considera a emissão de títulos privados para investidores específicos e qualificados.

É uma sociedade limitada que tem por objetivo a atividades de securitização de créditos comerciais. A Companhia atua comprando títulos com deságio para futura recuperação, isso se dá pelo fato de adquirir títulos vencidos em sua maioria. Contudo mesmo sendo títulos já vencidos tem logrado êxito em suas recuperações seja via recebimento direto ou via renegociação.

1.1 Continuidade

A Companhia apresentou indicadores financeiros negativos tais como prejuízo do exercício de 2025 em R\$ 726.923 e R\$ 2.077.764 em 2024 e consequentemente passivos a descoberto de R\$ 2.836.860 em 2025 e R\$ 2.109.937 em 2024. Adicionalmente apresentou capital circulante líquido positivo em 31 de dezembro de 2025 R\$ 12.750.075 e capital circulante negativo (R\$ 1.458.514 em 2024), dos quais derivam basicamente de operações efetuadas entre partes relacionadas e que estão sob o mesmo controle acionário.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando no curso normal de seus negócios e concluiu que, apesar do histórico de prejuízos e da existência de passivo a descoberto, não existem incertezas relevantes que levantem dúvida significativa quanto à sua continuidade operacional. Essa conclusão considera o modelo de negócios da Companhia, baseado na aquisição de direitos creditórios inadimplidos registrados por valores já líquidos de perda esperada, a gestão ativa da carteira de recebíveis e a manutenção dos passivos financeiros que são proveniente de empresas do grupo econômico sob controle comum, incluindo operações com partes relacionadas. A manutenção deste modelo de negócios está inserido na estratégia de fornecimento de soluções financeiras completas do Grupo econômico para seus clientes.

Com base nesses fatores, as demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade operacional.

2 Base de preparação

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e também foram adotados os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

As demonstrações financeiras foram aprovadas para emissão pela administração em 13 de maio de 2026.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3 Moeda funcional

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revistas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

(i) Julgamentos

A administração da Companhia avaliou e concluiu que existem informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

A administração possui uma política de impairment para a carteira, seguindo normas do CPC 48, onde os títulos são acompanhados e dado as tratativas contábeis conforme a carteira está em relação a expectativa de recebimento no mercado. O teste de impairment deve ser aplicado ao menos uma vez ao ano.

Durante o exercício findo de 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Administração avaliou sobre provisão para créditos de liquidação duvidosa, na qual foi concluído que a carteira de direitos creditórios já reflete, substancialmente, as perdas esperadas associadas ao risco de crédito. Tal entendimento decorre da natureza dos recebíveis adquiridos pela Companhia, já inadimplidos na data de aquisição foram registrados contabilmente por valores significativamente inferiores aos seus respectivos valores de face. O deságio aplicado nas aquisições é considerado substancial e é definido com base na expectativa de recuperação dos créditos, considerando o histórico de recebimento, o perfil dos devedores, o estágio de inadimplência e demais fatores de risco envolvidos nas operações.

Dessa forma, a Administração entende que o desconto aplicado na aquisição dos direitos creditórios já incorpora, de maneira relevante, a estimativa de perdas esperadas da carteira, não sendo identificada necessidade de constituição adicional de provisão para perdas de crédito esperadas nas datas-base apresentadas.

(ii) Incertezas sobre premissas e estimativas

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

(iii) Mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros

Na mensuração do valor justo de instrumentos financeiros, a administração utiliza informações observáveis de mercado tão logo estejam disponíveis. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.
- Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: inputs, para ativo ou passivo, que não baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis), onde técnicas de precificação são utilizadas, tal como método do fluxo de caixa descontado.

Se os dados usados para mensurar o valor justo de um ativo ou passivo caem em diferentes níveis da hierarquia do valor justo, então a mensuração do valor justo é categorizada em sua totalidade no mesmo nível da hierarquia do valor justo que o dado de nível mais baixo que é significativo para toda a medição.

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos designado pelo valor justo por meio do resultado que são mensurados pelo valor justo a cada data de reporte e reconhecidos nos balanços patrimoniais.

6 Políticas e práticas contábeis materiais

As políticas e práticas contábeis materiais descritas a seguir foram aplicadas consistentemente para Companhia nos exercícios findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

6.1 Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

6.2 Direitos creditórios

O saldo de direitos creditórios a receber é constituído com o valor de perda esperada já constituída, são títulos adquiridos com valor inferior ao de face.

Por serem títulos já inadimplidos e com desconto no momento inicial, a administração da

Companhia entende que os recebíveis já refletem, substancialmente, as perdas esperadas associadas ao risco de crédito.

6.3 Instrumentos financeiros

(i) *Reconhecimento e mensuração inicial*

Os recebíveis são reconhecidos inicialmente na data em que foram adquiridos. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente reconhecido a valor justo, , para um item não mensurado a Valor justo por meio do resultado (“VJR”), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um recebível sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação, menos a perda esperada para o mesmo, sendo assim seu custo inicial inferior ao valor de face do título, devido à estar liquidado da perda esperada.

(ii) *Classificação e mensuração subsequente*

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado, ao Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) – instrumento de dívida, ao VJORA – instrumento patrimonial; ou ao valor justo contra resultado (“VJR”).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Outros créditos são classificados na categoria de custo amortizado.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- Montante pelo qual o ativo financeiro ou o passivo financeiro é mensurado pelo valor de seu reconhecimento inicial, mais os juros acumulados com base no método da taxa efetiva de juros, menos as amortizações de principal, menos qualquer redução (direta ou por meio de conta de retificação) por ajuste ao valor recuperável ou impossibilidade de recebimento.
- Todos os ativos financeiros não classificados como mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável, um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.
- Caixa e equivalentes de caixa são classificados na categoria a valor justo pelo resultado.

Passivos financeiros – Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Contas a pagar são classificados na categoria passivos financeiros ao custo amortizado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando:

- Os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou
- Transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que:
- Substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido ao valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial, quando e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia não possui instrumentos derivativos e não adota contabilização de hedge.

6.4 Ajuste a Valor Presente (AVP) de ativos e passivos

A Companhia não pratica transações significativas a prazo com valores pré-fixados. Assim, os saldos dos direitos e das obrigações são mensurados nas datas de encerramento dos exercícios por valores próximos aos respectivos valores presentes.

6.5 Impostos e contribuições

(i) Imposto de renda pessoa jurídica e contribuição social sobre o lucro líquido – correntes

A Companhia, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024, tributou seus lucros com base no lucro real.

O Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL) são calculados com base nas alíquotas vigentes (15% para o IRPJ, 10% para o adicional de IRPJ sobre o lucro excedente a R\$ 240.000 por ano e 9% de CSLL) e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social para fins de determinação de exigibilidade, quando aplicável. Portanto, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos.

(ii) Imposto sobre serviços

As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) – 4% para receitas operacionais;
- Programa de Integração Social (PIS) – 0,65% para receitas operacionais;
- ISS (alíquota vigente no município da empresa) – 5% para as receitas operacionais.

6.6 Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros (teste de “impairment”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

A Administração avaliou o efeito deste procedimento e, nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro 2025 e 2024 não identificou ajustes a serem contabilizados.

6.7 Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

O grupo de outros ativos são demonstrados pelos valores de custo, incluído, quando aplicável, os rendimentos e variações monetárias auferidos, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajustes de realização. O grupo de outros passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Todos os demais passivos foram classificados como não circulantes.

6.8 Reconhecimento de receita

Receita Securitização

As receitas de juros são decorrentes da atualização dos direitos creditórios. Os direitos creditórios são inicialmente registrados pelo seu valor justo e subsequentemente mensurados ao custo amortizado. A receita de juros é apropriada ao resultado ao longo do prazo esperado das operações.

As despesas financeiras relacionadas às captações realizadas pela Companhia, incluindo debêntures e outros instrumentos financeiros emitidos, são reconhecidas separadamente no resultado pelo método da taxa efetiva de juros.

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

6.9 Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

6.10 Tributos a recuperar

Uma vez identificado valores de tributos passíveis de compensação, seja por recolhimento indevido ou a maior, tais valores devem ser contabilizados em contas do ativo, com a corresponde atualização, de acordo com a legislação de regência.

A Companhia deverá manter controles extracontábeis dos créditos a compensar, bem como dos valores dos juros apropriados e dos valores compensados, para fazer prova frente a possíveis questionamentos por parte do Fisco.

6.11 Passivo contingentes, provisões e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e, também, das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC, sendo:

- **Ativos contingentes:** não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;

- **Provisões:** são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- **Passivos contingentes:** de acordo com o CPC, o termo “contingente” é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
- **Obrigações legais - Provisão para riscos fiscais:** decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é a sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

A Administração conclui que não existem provisões referentes à contingências para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

6.12 Novas políticas contábeis

A adoção antecipada de normas, não é permitida no Brasil pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As seguintes novas normas e interpretações foram emitidas pelo IASB:

(a) IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis:

O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração do fluxo de caixa operacionais pelo método indireto.

- (b)** Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21);
- (c)** Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7).

A administração não espera que a adoção de novas normas, alterações e interpretações vigentes para os próximos exercícios impactem de forma material as suas demonstrações financeiras.

7 Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a conta de caixa de equivalentes de caixa estava assim apresentada:

Descrição	2025	2024
Caixa	52	52
Bancos Conta Movimento	1.914	1
Aplicações financeiras (i)	129.636	168.804
Total	131.602	169.857

- (i) Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 as aplicações financeiras estão representadas substancialmente por CDB, com remuneração de 100% do CDI aplicados junto ao Banco Bradesco S/A. Os respectivos vencimentos são entre novembro e dezembro de 2026 com liquidez imediata, a rentabilidade é diária, podendo ser resgatada em qualquer momento sem penalidade.

8 Direitos creditórios

Os direitos creditórios adquiridos via cessão, os valores estão registrados a custo amortizado. São títulos que podem estar em atraso devido ao negócio da Companhia ser a compra de títulos já inadimplidos em sua grande maioria, onde a aquisição é realizada por valor significativamente inferior ao de face. Quando há renegociação esses títulos saem da linha de atraso e passam a ser a vencer.

A Companhia não está substancialmente exposta à variação do fluxo de caixa esperado associado ao direito creditório quando o cedente ou parte relacionada, em relação à operação de cessão, assumir obrigação não formalizada ou quando garantir, por qualquer outra forma, compensar as perdas de crédito associadas ao direito creditório objeto da operação.

- (i) Operações com aquisição substancial de riscos e benefícios – quando a Securitizadora adquire substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do direito creditório objeto da operação, ensejando na baixa do direito creditório no registro contábil do cedente.
- (ii) Operações sem aquisição substancial de riscos e benefícios – quando a Securitizadora não adquire substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do direito creditório objeto da operação, não ensejando na baixa do direito creditório no registro contábil do cedente.

A classificação dos grupos acima é de responsabilidade da Administração e deverá ser estabelecida utilizando-se como metodologia, preferencialmente, o disposto na escritura de emissão de debêntures, associado aos direitos creditórios objeto da operação. Atualmente todas as operações são classificadas como operações sem aquisição substancial dos riscos e benefícios.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a conta de clientes estava assim apresentada:

Descrição	2025	2024
Títulos a receber	12.778.246	13.031.901

(-) Receita diferida (a)	<u>(17.505)</u>	<u>(76.508)</u>
Total direitos creditórios	<u>12.760.741</u>	<u>12.955.393</u>

Posição por vencimento em dias da carteira de títulos a receber:

Vencimentos	Valor	Valor
	2025	2024
A vencer	364.271	767.893
Vencidos até 14 dias	32.135	28.829
Vencidos de 15 a 30 dias	1.500	1.500
Vencidos de 31 a 60 dias	30.329	28.828
Vencidos de 61 a 90 dias	30.329	28.829
Vencidos de 91 a 120 dias	30.329	28.829
Vencidos acima de 121 dias	<u>12.289.353</u>	<u>12.147.193</u>
Total títulos a receber	<u>12.778.246</u>	<u>13.031.901</u>

Receita diferida

- (a) A rubrica “Receita Diferida” refere-se a saldo de receitas futuras a ser reconhecida no resultado nos próximos exercícios de acordo com o princípio contábil da competência. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a conta de receita diferida estava assim apresentada:

Descrição	2025	2024
Receita de Securitização	<u>(17.505)</u>	<u>(76.508)</u>
Total de Receita Diferida	<u>(17.505)</u>	<u>(76.508)</u>

Posição por expectativa de vencimento da receita diferida:

Descrição	Valor	Valor
Receita Diferida até 30 dias	(493)	(6.651)
Receita Diferida de 31 até 60 dias	(414)	(5.762)
Receita Diferida de 61 até 90 dias	(417)	(6.056)
Receita Diferida de 91 até 120 dias	(367)	(5.581)
Receita Diferida de 121 até 150 dias	(340)	(5.460)
Receita Diferida de 151 até 180 dias	(14.680)	(5.004)
Receita Diferida de 181 até 360 dias	<u>(794)</u>	<u>(41.994)</u>
Total receita diferida	<u>(17.505)</u>	<u>(76.508)</u>
Circulante	12.760.741	12.955.393

9 Imobilizado

Em 2023 a Companhia passou a ter ativo imobilizado em seu balanço, por autorização dos diretores e do conselho foi adquirido um carro para utilização administrativa, em 2024 foi adquirido mais um veículo que é utilizado para serviços administrativos da diretoria. Abaixo consta a composição do ativo na data de 31 de dezembro de 2025 e 2024.

		Custo			Depreciação/Amortização Acumulada			Líquido	
	%(*)	2024	Adições	2025	2024	Adições	2025	2024	2025
Veículos	20%	301.000,00	-	301.000	-64.051	-60.202	- 124.253	236.949	176.747
Total		301.000	0	301.000	-64.051	-60.202	-124.253	236.949	176.747

		Custo			Depreciação/Amortização Acumulada			Líquido	
	%(*)	2023	Adições	2024	2023	Adições	2024	2024	2024
Veículos	20%	77.000,00	224.000	301.000	-3.850	-60.201	- 64.051	73.150	236.949
Total		77.000	224.000	301.000	-3.850	-60.201	-64.051	73.150	236.949

10 Contas a pagar

Em 31 de dezembro de 2025 a conta de contas a pagar apresenta o montante de R\$ 178.444 (R\$ 150.696 em 2024), o qual está relacionado ao envolvimento de prestadores de serviços pessoas jurídicas que atuaram com a Companhia no exercício corrente e serão integralmente liquidados no exercício de 2025.

11 Debêntures

A rubrica “Debêntures” refere-se recursos captados para aplicação na operação de securitização. Refere-se a 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, subordinada, em série única, para distribuição privada. A respectiva debenture possuía vencimento em 29 de outubro de 2025 com emissão em 29 de outubro de 2020, em novembro de 2025 houve um aditivo de alteração de vencimento para 29 de outubro de 2028.

Descrição	2025	2024
One7 Securitizadora de Créditos Comerciais S.A. (*)	15.259.309	14.470.238
Total de Debêntures	15.259.309	14.470.238

Movimentação das debêntures

Descrição	Valores
Saldo 31/12/2023	14.187.334
Despesa de juros	817.138
Pagamento principal	(506.000)
Pagamento de juros	(28.234)
Saldo 31/12/2024	14.470.238
Despesa de juros	789.071
Saldo 31/12/2025	15.259.309

- (*) A remuneração é 100% da variação acumulada do IPCA, acrescida de um spread de 1% ao ano base 252 dias úteis. A remuneração começou a ser calculada em maio de 2023, após 30 meses de carência, conforme item 4.10.1 do instrumento particular da escritura da 1ª emissão.

12 Passivo a descoberto

a. Capital Social

O Capital Social da Companhia em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 10.000 (dez mil reais) totalmente subscrito e integralizado pelos sócios Vicente Guimarães Gueraldi e da V.G. Guerardo Consultoria e Assessoria Financeira.

Em 06 de dezembro de 2022 foram realizadas cessões de cotas onde os sócios originais transferiram para Everaldo Moreira e João Paulo Boneder Fiuza, a totalidade das ações, onde cada sócio era detentor de R\$ 5.000 (cinco mil reais) cada um.

No mesmo ato societário de 06 de dezembro de 2022 os sócios cedem e transferem sem onerosidade 100% de suas cotas para a Companhia One7 Holding S.A.

Dessa forma, em 31 de dezembro de 2025 e 2024 o Capital Social é de R\$ 10.000 (dez mil reais) totalmente subscritos e integralizados, ao preço unitário de R\$ 1 (um real) todas de único cotista a One7 Holding S.A

b. Reservas de Lucros

No exercício findo de 31 de dezembro de 2025 foi auferido prejuízo no exercício no montante de R\$ 726.923 (prejuízo de R\$ 2.077.764 em 2024) o qual foi integralmente destinado para a conta de Prejuízo acumulado. Ao final do exercício de 2025 a conta de prejuízo acumulado somam o montante de R\$ 2.846.860 (lucro de R\$ 2.119.937 em 2024).

c. Distribuição e reservas de lucros

Conforme previsto no estatuto social sempre que houver lucro, após a constituição da reserva legal, será deliberado em assembleia a destinação dos lucros.

Em 31 de dezembro de 2025 por não haver reserva de lucro, não houve distribuição.

13 Receita líquida

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a conta de receita líquida estava assim apresentada:

	2025	2024
Receita juros sobre securitização	477.574	585.170
(-) Deduções da receita bruta	<u>(7.578)</u>	<u>(10.393)</u>
COFINS	(6.520)	(8.940)
PIS	(1.058)	(1.453)
Total de receita líquida	<u>469.996</u>	<u>574.777</u>

14 Despesas gerais e administrativas

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a conta de despesas gerais e administrativas estava assim apresentada:

	2025	2024
Serviços prestados por terceiros	(148.027)	(1.341.724)
Despesas gerais e administrativas	(50.963)	(44.799)
Assessoria jurídica	(84.556)	(140.007)
Despesa com depreciação	(60.201)	(60.202)
Total	(343.747)	(1.586.732)

15 Resultado financeiro líquido

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a conta de resultado financeiro líquido estava assim apresentada:

	2025	2024
Receitas financeiras		
Juros ativos de mora	-	90.956
Atualização Selic	-	6.880
Juros sobre aplicações financeiras	1.371	1.136
Total receitas financeiras	1.371	98.972
Despesas Financeiras		
Multas e Juros s Tributos	(-)	(205)
Descontos Concedidos	(65.468)	(324.489)
Juros Atualização debênture	(789.075)	(817.138)
Impostos sobre Operações Financeiras IOF	(-)	(22.949)
Total despesas financeiras	(854.543)	(1.164.781)
Resultado financeiro líquido	(853.172)	(1.065.809)

16 Imposto de renda e contribuição social

A Companhia calcula seu Imposto de Renda e sua Contribuição Social com base no lucro real anual. Apurações do Imposto de Renda e da Contribuição Social correntes pelo Lucro Real no exercício de 31 de dezembro de 2025 e 2024:

	2025	2024
Lucro real		
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	(726.922)	(2.077.764)
Adições e exclusões temporárias		
(+) Provisão de auditoria	10.003	58.507
(-) Rendimento Selic	-	(6.880)
Base tributária, antes da compensação dos prejuízos fiscais	(716.919)	(2.026.137)

17 Instrumentos financeiros

No exercício findo de 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não operou com

derivativos.

a. Administração de risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros é aquele pelo qual a Companhia poderá vir a sofrer perdas econômicas decorrentes de alterações adversas nas taxas de juros, que podem ser ocasionadas por fatores relacionados a crises econômicas como também alterações na política monetária no mercado interno e externo. Esta exposição refere-se, principalmente, a mudanças nas taxas de juros de mercado que afetem ativos e passivos da Companhia indexados Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”).

A Administração da Companhia não restringe a exposição às diferentes taxas de juros e também não estabelece limites entre taxas Pré ou pós-fixadas.

A Administração da Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado visando avaliar a eventual necessidade de contratação de operações com o objetivo de proteção contra a volatilidade dessas taxas.

A Companhia possui aplicações financeiras atrelados principalmente ao CDI e, por este motivo, a Administração entende que flutuações nestas taxas de juros podem afetar significativamente o resultado financeiro.

No quadro abaixo são considerados três cenários para os próximos 12 meses, considerando as variações percentuais das taxas de juros. O cenário provável foi elaborado com base na expectativa de mercado da taxa média efetiva do CDI.

Em 31 de dezembro de 2025				Risco na demonstração do resultado associado à taxa de juros (R\$)		
Operação	Risco	Saldo exposto em R\$	Índice CDI	Cenário provável em R\$	Cenário I 25% (Impacto Líquido)	Cenário II 50% (Impacto Líquido)
Ativos Financeiros						
Aplicações financeiras	CDI	131.602	14,32%	18.838	14.128	9.419
Debêntures						
Debêntures	IPCA	(15.259.309)	4,26%	(659.202)	(494.402)	(329.601)
Em 31 de dezembro de 2024				Risco na demonstração do resultado associado à taxa de juros (R\$)		
Operação	Risco	Saldo exposto em R\$	Índice CDI	Cenário provável em R\$	Cenário I 25% (Impacto Líquido)	Cenário II 50% (Impacto Líquido)
Ativos Financeiros						
Aplicações financeiras	CDI	169.805	12,15%	20.631	15.473	10.316
Debêntures						
Debêntures	IPCA	(14.470.238)	4,83%	(698.912)	(524.184)	(349.456)

b. Composição dos saldos de instrumentos financeiros por categoria

	Valor justo por meio do resultado	Ativos pelo custo amortizado	Passivos pelo custo amortizado	Total
31 de dezembro 2025				
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	131.602	-	-	131.602
Contas a receber	-	12.760.741	-	12.760.741
Mútuos com partes relacionadas	-	334.577	-	-
Total ativos	131.602	13.095.318	-	13.226.920
Passivos				
Fornecedores	-	-	(1.051)	(1.051)
Contas a pagar	-	-	(178.444)	(178.444)
Debêntures	-	-	(15.259.309)	(15.259.309)
Mútuo com partes relacionadas	-	-	(838.949)	(838.949)
Total passivos		-	(16.277.753)	(16.277.753)
Total	131.602	13.095.318	(16.277.753)	(3.050.833)
	Valor justo por meio do resultado	Ativos pelo custo amortizado	Passivos pelo custo amortizado	Total
31 de dezembro 2024				
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	169.857	-	-	169.857
Contas a receber	-	12.955.393	-	12.955.393
Mútuos com partes relacionadas	-	334.577	-	334.577
Total ativos	169.857	13.289.970	-	13.459.827
Passivos				
Debêntures	-	-	(14.470.238)	(14.470.238)
Mútuo com partes relacionadas	-	-	(1.222.949)	(1.222.949)
Total passivos	-	-	(15.693.187)	(15.693.187)
Total	169.857	13.289.970	(15.693.187)	(2.233.360)

c. Risco de mercado

Este tipo de risco está ligado à perspectiva de eventos adversos, que impactem os preços dos ativos transacionados e/ou sua liquidez. Esse risco está associado a variáveis macros sistêmicas, como inflação, taxas de juros, taxas de câmbio e outras. Esse risco é monitorado pela Administração por meio do acompanhamento contínuo das condições macroeconômicas e de mercado, incluindo a evolução das taxas de juros, índices de inflação, taxas de câmbio e demais indicadores econômicos que possam impactar os preços e a liquidez dos ativos da Companhia.

d. Risco operacional

Associado à possibilidade de eventos adversos intrinsecamente associados aos participantes do mercado, empresas e demais entidades, tal risco está ligado a práticas internas de gestão e a processos organizacionais. Esse risco é monitorado pela Administração por meio do acompanhamento contínuo das práticas internas de gestão, da revisão periódica dos processos organizacionais e da avaliação dos controles internos adotados pela Companhia.

e. Risco de Crédito

O risco de crédito está associado à possibilidade de uma das partes de uma transação não cumprir sua obrigação com as demais, deixando de honrar compromisso financeiro assumido.

A Companhia depende da solvência de seus devedores, que pode ser afetada por fatores macroeconômicos, relacionados a economia e apolítica nacional e internacional, como elevação das taxas de juros, aumento da inflação, baixos índices de crescimento econômico entre outros. Contudo como a Companhia adquire títulos em sua grande maioria já inadimplidos, e registra seu custo de aquisição inicial já líquido da perda esperada, o risco de crédito é substancialmente reduzido.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito, que na data das demonstrações financeiras foi:

	Nota	2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa			
Aplicação financeira	7	129.636	169.804
Cientes			
Contas a receber	8	12.760.741	12.955.393

f. Risco de liquidez:

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A companhia tem como política um teste de impairment na carteira, que deverá ser aplicado anualmente, identificando o valor do título junto ao valor de mercado e expectativa de recebimento, e por esse estudo os títulos serão ajustados ao valor mais próximo que o cenário apresentar.

Tipicamente, a Companhia garante que possui caixa à vista suficiente para cumprir com despesas operacionais esperadas para um período aproximado de 90 dias incluindo o cumprimento de obrigações financeiras; isto exclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais. A seguir estão as maturidades de passivos financeiros:

2025			
	Valor contábil	6 a 12 meses	Acima de 12 meses
Debêntures	15.259.309	-	15.259.309
2024			
	Valor contábil	6 a 12 meses	Acima de 12 meses
Debêntures	14.470.238	-	14.470.238

18 Partes relacionadas

Partes relacionadas são os controladores e acionistas com participação relevante, empresas a eles ligadas, seus administradores, conselheiros e demais membros do pessoal-chave da administração e seus familiares.

a. Debêntures entre partes relacionadas

Conforme citado na nota de Debêntures (Nota Explicativa 11) a Companhia realizou emissão de debêntures com partes relacionadas, os quais totalizam em 31 de dezembro de 2025 R\$ 15.259.309 (R\$ 14.470.238 em 2024) e possuem liquidação prevista para o exercício de 2028.

b. Mútuos entre partes relacionadas

No exercício de 2021 a Companhia firmou contratos de Mútuos com a parte relacionada One 7 Holding S.A no montante de R\$ 455.016, os quais possuíam onerosidade com rendimento de 1% a.m.

O contrato que venceu em Fevereiro de 2023 está no quarto aditivo, prorrogado para 2026, a movimentação do saldo está apresentada conforme abaixo:

Saldo em 31 de dezembro de 2023	463.561
(-) Recebimento de mútuo	(128.984)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	334.577
(-) Recebimento de mútuo	(-)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	334.577

No exercício de 2024 a Companhia adquiriu um mútuo com a parte relacionada One7 Securitizadora S.A. no montante de R\$ 1.222.949, com vencimento inicial de 12 meses, e o primeiro aditivo prorrogou o vencimento para 2027, o saldo em 31/12/2025 se apresenta da seguinte forma:

Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.222.949
(-) Pagamento de mútuo	(384.000)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	838.949

c. Remuneração do pessoal chave

Durante os exercícios de 2025 e 2024 não houve remuneração do pessoal da diretoria estatutária.

19 Contingências

Para o ano calendário de 2024 a Companhia tem em contingência civil, 5 (cinco) processo classificado como “Possível”, valor atualizado em 31/12/2025 – R\$ 589.697 (em 2024 o saldo era de R\$ 164.259).

20 Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data base das demonstrações financeiras e a data de autorização para sua emissão. Até o momento da autorização da emissão, não existe fato relevante a ser indicado nesse item.

Tatuí - SP, 13 de maio de 2026

* * *

João Paulo Boneder Fiuza
Diretor Presidente

Everaldo Moreira
Procurador

Celina Ferrarezi Moises
CRC/SP: 1SP142.405/O-4

DF Final - Legacy 2025 pdf

Código do documento 8a57b162-32f9-48da-aa66-28a6ac8c736d



Assinaturas



João Paulo Boneder Fiuza
jpfuza@one7.com.vc
Assinou

João Paulo Boneder Fiuza



Everaldo Moreira
everaldo@one7.com.vc
Assinou

Everaldo Moreira



Celina Ferrarezi Moises
celina@santacruz.com.br
Assinou

celina f. m.

Eventos do documento

14 May 2026, 16:07:43

Documento 8a57b162-32f9-48da-aa66-28a6ac8c736d **criado** por WALTER RENATO OLIVEIRA DA PORCIUNCULA JUNIOR (9e27dc7f-3621-4698-bd17-927176cab00). Email: walter@one7.com.vc. - DATE_ATOM: 2026-05-14T16:07:43-03:00

14 May 2026, 16:18:41

Assinaturas **iniciadas** por WALTER RENATO OLIVEIRA DA PORCIUNCULA JUNIOR (9e27dc7f-3621-4698-bd17-927176cab00). Email: walter@one7.com.vc. - DATE_ATOM: 2026-05-14T16:18:41-03:00

14 May 2026, 16:35:23

EVERALDO MOREIRA **Assinou** (743a92c3-41c6-4299-9558-034232fb09b9) - Email: everaldo@one7.com.vc - IP: 201.13.189.198 (201-13-189-198.dial-up.telesp.net.br porta: 43638) - Documento de identificação informado: 135.033.118-07 - DATE_ATOM: 2026-05-14T16:35:23-03:00

15 May 2026, 12:58:52

JOÃO PAULO BONEDER FIUZA **Assinou** - Email: jpfuza@one7.com.vc - IP: 201.13.189.198 (201-13-189-198.dial-up.telesp.net.br porta: 14222) - **Geolocalização:** -23.34927109021908 -47.849258410236345 - Documento de identificação informado: 263.142.358-55 - DATE_ATOM: 2026-05-15T12:58:52-03:00

18 May 2026, 16:36:52

WALTER RENATO OLIVEIRA DA PORCIUNCULA JUNIOR (9e27dc7f-3621-4698-bd17-927176cab00). Email: walter@one7.com.vc. **ALTEROU** o signatário **celina@santacruz.com.vc** para **celina@santacruz.com.br** - DATE_ATOM: 2026-05-18T16:36:52-03:00

18 May 2026, 16:43:14

CELINA FERRAREZI MOISES **Assinou** - Email: celina@santacruz.com.br - IP: 189.5.9.230 (bd0509e6.virtua.com.br porta: 12004) - **Geolocalização: -23.347232 -47.847459** - Documento de identificação informado: 796.207.798-00 - DATE_ATOM: 2026-05-18T16:43:14-03:00

Hash do documento original

(SHA256):391c959841c756061574dda0cfe70c936265f332126648e9e01dcc68333da2b3

(SHA512):ca48406c49c4ddbc8d28a98703c904e697ddd4f97d4aa9ccf9bbd93bcc1da485eea636a89235215b87b2ae71919b6505790bb3155f6de69f521a3674d8585184

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima



Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign

Integridade certificada no padrão ICP-BRASIL

Assinaturas eletrônicas e físicas têm igual validade legal, conforme **MP 2.200-2/2001** e **Lei 14.063/2020**.